



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio de reajuste de 5% para aposentados e pensionistas e medidas que beneficiam idosos

Palácio do Planalto, 07 de abril de 2006

Bem, primeiro eu queria cumprimentar os ministros que se dedicaram a participar das reuniões com os representantes dos aposentados e pensionistas do nosso país. Queria agradecer o esforço do deputado Medeiros. E queria falar de um ministro especial nessas negociações, que foi o companheiro Marinho. Certamente, o berço onde nasceu o Marinho permite que ele tenha um pouco mais de experiência que os outros nessa área de negociação, porque ele passou parte da vida dele negociando.

Eu só queria lembrar aos companheiros representantes do Sindicato dos Aposentados e aos ministros aqui presentes que uma solução definitiva para o problema da Previdência Social, no Brasil, ainda vai levar um tempo. E vai levar um tempo até que a gente coloque a Previdência no seu devido lugar, sobretudo em termos de caixa. E isso vai acontecer com o crescimento econômico com a geração de empregos, e vai crescer com a gente evitando que quadrilhas que fraudam a Previdência Social continuem a oferecer às pessoas benefícios a que as pessoas não têm direito.

E todos vocês sabem que, tanto quanto o Presidente da República, cada trabalhador precisa zelar pela Previdência Social como se fosse uma célula sua, porque da fortaleza da Previdência Social depende o futuro da gente. Afinal de contas, todos nós sonhamos em comprar um presente para os nossos netos e se a gente não ganhar o suficiente, não vai conseguir.

Mas é importante lembrar também que nós, na reforma da Previdência, há algum tempo, nós fizemos uma mudança na Constituição e precisamos agora, quem sabe pode essa Comissão Tripartite criada, Nelson, junto com



você, com outros ministros, com o Marinho, com a Dilma, com todos os ministros, começar a preparar o projeto de lei para a regulamentação. Porque o que os trabalhadores também precisam compreender, e eu daria um exemplo, aqui, muito vivo, para todo mundo compreender, é que se nós não colocarmos a cobrança da contribuição empresarial sobre o valor agregado ou sobre o faturamento, nós nunca mais recuperaremos o poder de caixa da Previdência Social. Por quê? Porque eu digo sempre que quando eu era presidente do Sindicato, a Volkswagen tinha 40 mil trabalhadores e produzia uma quantidade de carros menor do que ela produz hoje, com 17 mil trabalhadores. Significa que o faturamento da empresa é muito maior e o número de contribuintes é muito menor.

Então, nós temos um problema que acontece na nossa vida cotidiana. No Sindicato dos Aposentados, qualquer um de vocês, se tiver 10 contribuintes pagando mensalidade e tiver 20 usufruindo dos benefícios que o Sindicato oferece, o Sindicato vai quebrar. Então é preciso que a gente sempre tenha uma quantidade de contribuintes capaz de garantir o atendimento da quantidade de aposentados.

Tem uma combinação de fatores que nós estamos vivendo... Eu dizia para a Dilma: é engraçado, na década de 60 a gente fazia uma reunião com aposentados e as pessoas eram todas acima de 70 anos, acima de 75 anos. A gente faz reunião com aposentados hoje e são pessoas com 60 anos, com 58 anos, porque começaram a trabalhar muito cedo e vão viver muito tempo. É uma vantagem para a gente, enquanto pessoa, viver muito mais e uma desvantagem para a Previdência, que tem que pagar para nós muito mais.

Hoje a coisa mais normal é uma pessoa se aposentar e viver mais recebendo aposentadoria que o tempo que ele contribuiu. Graças a Deus é assim, porque significa que nós estamos aumentando a média da nossa passagem pela terra.



Ao mesmo tempo, nós precisamos ter clareza que a Previdência – eu estava aqui anotando –, quer dizer, a Lei Eloy Chaves, de 24 de janeiro de 1923, que criou os primeiros institutos de pensão. Eu me lembro do tempo do IABB, Iaptec, Iapi e tantos outros fundos, a gente tinha dinheiro demais. Por quê? Porque não tinha ninguém ainda atingindo a idade de se aposentar e tinha um monte de gente começando a trabalhar e contribuindo para a Previdência. Então, dizem, a gente cansa de ouvir as pessoas dizerem, de ler notícias nos jornais, que a Transamazônica, em uma parte foi utilizado dinheiro da Previdência Social; a gente ouve dizer que a ponte Rio-Niterói, uma parte dela foi com dinheiro da Previdência Social; a gente ouve dizer que a construção de Brasília, uma parte dela foi com o dinheiro da Previdência Social, porque tinha dinheiro demais e pouca gente se aposentando.

Ora, se foram criados em 1924 os primeiros institutos e as pessoas precisavam contribuir 30 anos para se aposentar, em 1954 nós começamos uma partilha maior. Ou seja, até então nós só tínhamos contribuído, só tínhamos colocado dinheiro no cofre. A partir dos 30 anos, nós começamos a retirar um pouco de dinheiro, foi melhorando a nossa qualidade de vida, nós vamos vivendo mais, ou seja, nós estamos hoje com um déficit na Previdência de quarenta e poucos bilhões de reais. É um problema estrutural da Previdência Social e que deve incomodar vocês, deve incomodar muito, porque quanto mais deficitária for a Previdência Social, mais riscos a gente está correndo e mais dinheiro do Tesouro tem que colocar na Previdência Social e menos outras coisas a gente pode fazer.

Então, eu acho que essa comissão quatripartite que foi criada, eu acho que é importante debruçar um pouco sobre a origem dos problemas da Previdência Social para ver se a gente consegue apresentar, definitivamente, – e eu não acredito que seja em seis meses ou um ano, é um tempo de maturação na sociedade brasileira – para que a gente possa ter mecanismos



sólidos que possam garantir aos que virão depois de nós um sistema que dê mais tranquilidade que os aposentados de hoje têm no nosso país.

Agora, é verdade que 1,5% de aumento real é pouco. Mas é verdade, também, que nós já fizemos tantas greves e não conseguimos nem 1,5 e voltamos a trabalhar, de mãos abanando, e ainda perdendo os dias, perdendo férias, perdendo 13º e vendo milhares de companheiros perder o emprego.

Eu lembro que no Brasil, quando saí do sindicato em 1980, eu dizia nos debates que eu fazia que o movimento sindical teria dificuldade de aprender a conviver com a inflação baixa, porque a gente estava acostumado a fazer reivindicações de 90%, 120%, 180%, a última que eu fiz, grande, era 83% ou nada. Fiquei sem nada. Foi a última que eu fiz: 83% ou nada. E quando a gente reivindicava 83% e a gente recebia 50, na verdade a gente estava recebendo a metade do que tinha sido a inflação, mas como o número era volumoso, a gente achava que tinha o sabor de uma conquista. Em 2003, o primeiro reajuste dos aposentados foi de 20%, então parece muito. Não parece muito nada, foi merrequinha de nada, não teve nada acima da inflação. Agora, não, agora tem 1,5% acima da inflação. Quisera Deus que todos os trabalhadores do mundo, todo ano tivessem 1% acima da inflação, significa que em 10, 15 ou 20 anos, eles praticamente poderiam dizer que dobrariam o seu poder aquisitivo.

E por que isso foi possível, companheiros e companheiras? Porque nesse processo de moralização da Previdência Social, nesse processo de tentar fazer uma operação “pente fino” para saber se tinha ou não tinha quadrilhas que aposentavam pessoas que não tinham direito, nós conseguimos, com um censo muito responsável. Foram meses e meses, onde nenhum aposentado poderia reclamar, porque quando ele chegava no banco, os 2 milhões e meio que foram o primeiro lote, ele chegava no banco e tinha na telinha da máquina um boletim e ele sabia que tinha que se recadastrar.

Depois de seis meses, se ele não se recadastrou, é porque ele não



existia, tinha alguém recebendo por ele. E agora, que nós cortamos o pagamento de uma parcela e ele não reclamou, está confirmado que ele não existia mesmo. Não se recadastrar em seis meses e não reclamar porque cortou o pagamento é porque a pessoa que estava recebendo sabe que estava cometendo um crime contra a Previdência Social neste país e, portanto, ficou com medo de se apresentar.

Mas, certamente, nós vamos descobrir quem são essas pessoas, porque nós não queremos punir o coitado que recebia, às vezes vítima de uma quadrilha que dava a ele direitos que ele não tinha. E como ninguém recusa injeção na testa, ninguém também vai recusar um salário a que não tem direito, se o salário lhe for oferecido.

Nós partimos do pressuposto de que as pessoas são honestas até prova em contrário. E no caso da Previdência, possivelmente, as necessidades de muita gente fazem com que apareçam aí, sei lá se escritório, sei lá se consultório, sei lá quem dizendo: “Olha, entra com esse pedido que você tem direito”. E a pessoa entrava e conquistava um direito a que não tinha direito.

É importante lembrar, Medeiros, que no nosso país, um dia, resolveu-se acabar com a perícia médica. Então, um cidadão que entra, hoje, para receber um auxílio-doença, em que os 15 primeiros dias ele recebe da empresa e, depois, ele passa a receber do INSS, se não tiver perícia que faça um exame logo, ele vai ficar nove meses recebendo um dinheiro que ele não poderia estar recebendo se não estivesse doente. Na hora em que você acaba com a perícia, esse cidadão, sem querer, está recebendo um dinheiro que a empresa tinha que pagar, da Previdência Social, e vai quebrando a Previdência Social.

Então, com o trabalho que o nosso Ministro da Previdência e a sua turma estão fazendo, de tentar criar novas condições de chefia, hoje a gente não poderia nem mandar um diretor de um estado para outro porque não tem sequer auxílio para essa pessoa poder viver em outro lugar. É preciso incentivo para as pessoas mudarem de lugar.



Nós conseguimos, numa estimativa, eu diria, muito justa, nem pessimista e nem otimista, mas normal, nós acreditamos que é possível a gente economizar por volta de 1 bilhão e 200.

Mas, então, qual foi a decisão e porque vocês estão recebendo esse 1,5% a mais, porque vocês sabem que cada 1% significa 700 milhões a mais na Previdência. Por que foi possível, Medeiros, fazer esse acordo? Porque a primeira economia que ele fez, deixando de pagar benefícios que não existiam, eu disse na reunião: “Gente, vamos, então, devolver essa parte do benefício para os aposentados que têm direito”. Se a gente, amanhã, encontrar mais e economizar mais, é justo que a gente vá repondo aquilo que os trabalhadores foram perdendo.

E antes não era impossível, porque a gente está tentando diminuir o déficit e não consegue diminuir o déficit. Só para você ter idéia, em menos de quatro anos nós saímos de 3 milhões de auxílio-doença para 9 milhões... bilhões, de 3 bilhões para 9 bilhões de auxílio-doença. Alguma coisa está acontecendo.

E como nós não somos de acusar ninguém sem prova, nós precisamos primeiro investigar para saber se tem alguma coisa errada para a gente poder, então, punir quem errou. Não precisa fazer escândalo. Vocês não viram o Ministro da Previdência fazer nenhum escândalo, até porque nós não queremos acusar ninguém sem prova, nós queremos primeiro pegar se é verdade o fato. Se for verdade, aí sim, nós vamos tomar as providências.

E esse acordo, é verdade, muito mais do que o simbolismo do dinheiro, é o simbolismo do gesto, ou seja, é tentar mostrar que pelo fato de um cidadão se aposentar, neste país, ele não pode ser tratado como uma pessoa de segunda categoria, de segunda classe. É como se fosse aquela coisa usada que você não precisa mais: está aposentado, para que conversar, para que ouvir? Aposentado não pode nem fazer greve, porque aposentado que faz greve não pára a produção.



Então, esses conceitos foram criando formas de desrespeito aos aposentados brasileiros. Este gesto aqui é apenas para dizer o seguinte: nós estamos tentando criar as condições para recuperar, com vocês, o mesmo respeito que alguém tem quando está produzindo dentro de uma fábrica. É esse o gesto, é esse o grande gesto. E que também, nós sabemos, tem dificuldades, tem gente que não concorda, tudo isso é um processo de maturação, nada acontece antes do tempo. O que é importante é que essa história vocês vão ver na vida de vocês, ela será uma coisa marcante. Eu acho que daqui para frente não tem mais volta, daqui para frente a tentativa é apenas andar um pouco mais.

Vocês criaram uma comissão quatripartite, essa comissão deve discutir todos os temas à fundo e nós vamos criando as condições para que a Previdência Social seja, definitivamente, a garantia de que o aposentado brasileiro, ao se aposentar, não está fazendo uma opção para piorar a sua qualidade de vida.

Eu queria lembrar uma coisa aqui, que está no protocolo, que é a questão das Farmácias Populares. Eu vou dar dois exemplos, Medeiros, muito vivos: se um aposentado não for ao SUS – se ele for ao SUS, ele vai ganhar de graça – mas, se por acaso, não tiver posto médico próximo à casa dele e ele não for ao SUS, e for numa farmácia comprar remédio para diabetes, comprar todas as necessidades mensais dele para insulina, que tem que aplicar todos os dias, ele vai gastar como o pai da Dilma ou a mãe da Dilma – é isso Dilma – 112 reais por mês. Com a Farmácia Popular, ao invés de 112, ele vai gastar 11 reais por mês. Se ele ganha um salário mínimo, 350 reais, e ele tiver que comprar, ele estará gastando um terço do seu salário comprando insulina. E, agora, vai gastar apenas 11 reais.

Mas vamos pegar um remédio que é mais comum no meio dos aposentados metalúrgicos de São Bernardo do Campo ou de São Paulo, vamos pegar uma coisa, remédio para hipertensão. Não anda, fica sentado na



frente da televisão, não vai para a sede do sindicato e fica jogando lá um dominozinho, não joga nenhuma botia, porque senão vai fazer esforço físico, e aí, vai ficando – verdade, eu conheço – vai ficando hipertenso. Nem sempre a gente percebe que tem problema de pressão, às vezes aparece repentinamente. Vocês precisavam, ao invés de uma quadra de botia ou de baralho, precisavam fazer uma quadra de ginástica na sede dos aposentados, fazer o pessoal se mexer. Então, fica vendo novela, fica vendo um monte de coisa que vai fazer vocês gastarem dinheiro no final do mês.

Uma coisa que é importante é o seguinte, está aqui o nosso ministro da Saúde, um remédio, que vocês gastariam 37 reais por mês – não vou dizer o nome para não fazer merchandising de remédio –, mas um remédio, que vocês tomariam 60 comprimidos e gastariam 60 reais, 37 reais por mês, agora, se vocês forem ao SUS, vão ganhar de graça. Mas, se não forem no pronto-socorro e quiserem comprar numa farmácia, vocês vão comprar esses 37 reais por apenas três reais e 70 centavos. Às vezes, não precisa nem ir ao SUS, porque dependendo de onde vocês moram o transporte vai custar mais que o preço do remédio comprado na Farmácia Popular. Então, isso significa, no fundo, no fundo, um ganho de aumento real para o companheiro que tem necessidade de tratamento de saúde, significa um ganho.

Eu acho que no protocolo está previsto que vocês poderiam colocar no sindicato de vocês as Farmácias Populares. As Farmácias Populares são mais remédios, são 92 tipos de remédios, não apenas para aposentados, para crianças também, na Farmácia Popular criada pelo governo. No convênio não, no convênio é só para diabetes e para hipertensão.

Então, eu queria agradecer o gesto de vocês, o gesto não foi do governo, o gesto não foi nosso. O gesto de vocês, que criaram as condições para que a gente sentasse à mesa, que reivindicaram. Porque tem um tipo de gente que reivindica, e quando você fala em atender, ele recusa, porque ele tem medo, porque o que ele pediu é pouco. É, você sabe que era assim no



sindicato, quem foi sindicalista aqui sabe. Às vezes, você pedia o aumento, o patrão queria atender, você ficava: “Será que eu vou levar? Acho que eu pedi pouco”. E aí inventava de pedir mais.

Eu acho que vocês tiveram um gesto de grandeza, um gesto de humildade e, ao mesmo tempo, um gesto de pessoas que acreditam que a solução do problema não está na mágica ou na caneta de um presidente da República ou de um ministro, que a solução do problema está na nossa competência de sentarmos para conversar, de não termos medo de divergir, mas termos a coragem e o bom-senso de dizer: “Chegamos a um ponto comum, que permite à gente dar um passo a mais”.

Por isso, meus parabéns. Muito obrigado aos ministros que trabalharam e a vocês que trabalharam, certamente, mais que os ministros, para chegar onde nós chegamos.

Muito obrigado.